



EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50840.100610/2020-41

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
16/06/2020	1.0	Criação do documento	COTIC/GELTI
17/06/2020	1.1	Primeira versão do documento	COTIC/GELTI
24/09/2020	1.2	Ajustes realizados após apontamentos listado 2814844 pela Área Administrativa da EPL.	COTIC/GELTI
02/10/2020	1.3	Ajustes realizados após apontamentos da Diretoria de Gestão.	COTIC/DGE
12/11/2020	1.4	Ajuste apontados no Parecer Jurídico 45 SEI 3409921	COTIC/DGE
04/11/2020	1.5	Ajustes nos valores após reavaliação do Mapa Comparativos de Preços 3593658	COTIC/GELT
05/11/2020	1.5	Ajustes realizados após apontamentos pela Área Administrativa da EPL	COLIC/GELIC

TERMO DE REFERÊNCIA**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para **Aquisição de direito de uso dos Softwares Microsoft (Software como serviço)**, para atualização tecnológica da plataforma de ferramentas de apoio administrativo e negócio por meio dos serviços de computação em nuvem, com suporte, garantia para atendimento das necessidades da EPL e continuidade do negócio.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A contratação visará a manutenção das soluções de diversas de ferramentas e softwares utilizados pela EPL necessários ao seu funcionamento, como por exemplo:

- 2.1.1. Sistemas Operacionais para estações de trabalho e servidores de rede;
- 2.1.2. Softwares de escritório e produtividade;
- 2.1.3. Softwares de correio eletrônico;
- 2.1.4. Software de mensageria instantânea;
- 2.1.5. Software de portais colaborativos;
- 2.1.6. Software de Serviços de Diretório;
- 2.1.7. Licenças de Bancos de Dados;

2.1.8. Software de Gestão de Projetos; e

2.1.9. Software de armazenamento de arquivos.

2.2. **Bens e serviços que compõem a solução**

2.2.1. Este Termo de Referência é oriundo do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, no qual é o instrumento que, dentre outras informações, demonstra os serviços necessários para a contratação.

Item	Subitem	Descrição	Part-Number	CATSER	Quantidade	Métrica/Unidade
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3 com Subscrição (12 meses)	JFX-00003	26077 - Software como servico - saas	19	Unidade
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	26077 - Software como servico - saas	229	Unidade
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	26077 - Software como servico - saas	10	Unidade
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	26077 - Software como servico - saas	20	Unidade

3. **JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO**

3.1. **Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1. A Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, criada pela Lei 12.743/2012, é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

3.1.2. Para o desempenho de suas atribuições, a EPL conta com a estrutura organizacional composta por conselhos, presidência, diretorias executivas, áreas técnicas e áreas administrativas.

3.1.3. A Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC é um recurso do qual as organizações públicas dependem fundamentalmente para cumprir a sua missão institucional.

3.1.4. A área de Logística e Tecnologia da Informação e Comunicação - GELTI contribui para os seguintes objetivos estratégicos da EPL: “Dotar a empresa de recursos tecnológicos para sustentação da estratégia” e “Garantir a integração, integridade e qualidade das informações”.

3.1.5. Entre as atribuições regimentais da TIC estão a governança, o planejamento, a gestão da infraestrutura e dos serviços de TIC e o suporte aos usuários, além de implantação do processo e melhores práticas de gestão de riscos e continuidade dos negócios em TIC, no âmbito da EPL, no que tange suas competências.

3.1.6. Para a execução das atividades da EPL, inúmeros processos de trabalho e sistemas informatizados são utilizados, gerando um enorme volume de informações pelas áreas.

3.1.7. Nesse contexto, para o adequado desempenho de suas atividades diárias, a EPL necessita de ferramentas administrativas e produtividade, que sejam sustentáveis, seguras, e que atendam aos requisitos de continuidade, segurança, melhores práticas, desempenho, disponibilidade, escalabilidade, economicidade, eficiência e ganho de escala, para sustentar a missão e alcançar a visão da EPL.

3.1.8. Para estruturar o ambiente tecnológico de TIC da EPL e disponibilizar recursos tecnológicos para as atividades que demandam recursos de aplicativos de editores de texto, e-mail, calendários compartilhamento de arquivos e apoio na execução de atividades rotineiras do ambiente corporativo (relatórios, planilhas, apresentações, vídeo conferências, reuniões etc.) com a devida segurança da informação, a EPL contratou nos anos de 2012 e 2014, licenças de uso perpétuo de softwares aplicativos e sistemas

operacionais para estações de trabalho e servidores de rede Microsoft conforme processos nº 50840.000017/2012-95 e 50840.000086/2014-61.

3.1.9. Em 2019, a EPL ampliou a capacidade da infraestrutura de TIC com tecnologia de cloud (nuvem), contratando serviços de computação em nuvem, através do Contrato nº 10/2019 em 19/12/2019, processo nº 50840.000.617/2019-20, a contratação para rateio de custos envolvidos na gestão, operação e manutenção da Associação GigaCandanga REDECOMEP-DF, que faz parte do Sistema da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, visando o aproveitamento da infraestrutura disponível para todas as instituições participantes, incluindo a EPL, especialmente o acesso à infraestrutura de comunicação de dados avançada e com alta capacidade (acesso à internet).

3.1.10. A Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, com orientações sobre “contratação de infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre e sala segura”. Essa norma dispõe:

“4.1. Os órgãos e entidades que necessitem criar, ampliar ou renovar infraestrutura de centro de dados deverão fazê-lo por meio da contratação de serviços de computação em nuvem, salvo quando demonstrada a inviabilidade em estudo técnico preliminar da contratação.

4.2. As contratações de serviços em nuvem devem observar o disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, e suas Normas Complementares, notadamente a Norma Complementar 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR. (...)”

3.1.11. Verifica-se que atualmente a EPL dispõe da Plataforma Microsoft nas estações de trabalho e servidores com sistemas operacionais Windows e aplicativos Office.

3.1.12. Os aplicativos Office foram evoluídos para a solução Microsoft 365 que é a nuvem de produtividade que reúne os aplicativos do Office 365 (com serviços em nuvem) e gerenciamento de dispositivos e segurança, possibilitando:

- Integração com o ambiente Windows: Isso significa que as principais funcionalidades são estabelecidas nativamente, dispensando pesadas configurações e sendo, em sua maioria, transparentes para os usuários. Essa integração nativa significa menores custos de implementação e, por não envolver outras soluções de contorno, menores custos com o suporte ao longo do tempo; e
- Tendências da administração pública e recomendações dos órgãos de controle para a evolução dos modelos atuais, com base em licenças, para modelos que tratem o software como serviço (SaaS).

3.1.13. Nesse contexto, a EPL necessita prover atualização tecnológica da plataforma de ferramentas de apoio por meio dos serviços Microsoft 365, para sustentação de suas atividades, por meio de serviços de computação em nuvem, cuja viabilidade será avaliada, de forma detalhada, neste estudo técnico preliminar da contratação.

3.1.14. O uso dessas ferramentas contribui para a produtividade tanto nas áreas finalísticas e administrativas, quanto na área de TIC da EPL, já que, por serem amigáveis e largamente utilizadas pelo mercado de tecnologia e da população usuária de recursos de TIC, o seu uso e evolução de versões são perfeitamente adaptáveis.

3.2. **Alinhamento da Solução de TIC com Instrumentos de Planejamento**

3.2.1. A presente demanda atende ao Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, conforme:

“Art. 4º A Estratégia de Governo Digital observará as disposições da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital, instituída pelo [Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018](#) e suas alterações.

§ 1º As soluções de tecnologia da informação e comunicação desenvolvidas ou adquiridas pelos órgãos e pelas entidades observarão as disposições da Estratégia de Governo Digital.

Os objetivos a serem alcançados, por meio da Estratégia de Governo Digital incluem:

- promover a integração e a interoperabilidade das bases de dados governamentais;

- adotar tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal;
- promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes;
- otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação; e
- formar equipes de governo com competências digitais."

3.2.2. A presente demanda está alinhada aos planos estratégicos e de TIC, a saber:

I - Estratégia de Governança Digital 2020 a 2022 - EGD;

"A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos e com o objetivo final de reconquistar a confiança dos brasileiros.

Um Governo centrado no cidadão, que busca oferecer uma jornada mais agradável e responde às suas expectativas por meio de serviços de alta qualidade."

II - Planejamento Estratégico Institucional - PEI;

III - Planejamento Estratégico de TI – PETI 2016/2020; e

IV - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2019/2020.

3.2.3. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação **(PETI) 2016-2020** da EPL, em especial com os objetivos estratégicos abaixo elencados:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
EGD 16	EGD 2020-2022 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação
EGD 17	EGD 2020-2022 - Equipes de governo com competências digitais.
OE17	PEI - Dotar a empresa de recursos tecnológicos para a sustentação a estratégia.
OETI 04	PETI - Inovar de forma contínua os recursos e serviços de TI – criando mecanismos para realização de estudos e prospecções de novas soluções, promovendo a inovação e a evolução dos recursos e serviços de TI.
OETI 05	PETI - Otimizar o uso dos recursos e serviços de TI – realizando ações de disseminação da informação, normatização, treinamento dos usuários, compartilhamento de serviços e dados, aumentando a eficiência na execução das atividades de negócios e de gestão.
OETI 07	PETI - Promover a segurança dos ativos de informação - adotando políticas, normas e procedimentos para garantir a disponibilidade, confiabilidade e integridade das informações.
OETI 10	PETI - Manter infraestrutura compatível com as necessidades – promovendo a adequação do parque tecnológico às demandas de gestão de negócios da EPL, por meio da disponibilização de novas tecnologias que atendam adequadamente aos projetos
OETI 11	PETI - Assegurar a continuidade do negócio – oferecendo disponibilidade, segurança e confiabilidade na TI para que suporte com valor e qualidade o negócio da EPL.
OTTI 01	PDTIC - Prover e ampliar continuamente os produtos e serviços de TIC que contribuam para a realização da missão e da estratégia da EPL.
OTTI 06	PDTIC - Primar pela satisfação dos clientes e usuários de recursos e serviço de TIC.
OTTI 10	PDTIC - Promover a pesquisa, a inovação e a adoção de padrões tecnológicos.
OTTI 12	PDTIC - Otimizar o parque de serviços e soluções de TIC.
OTTI 19	PDTIC - Garantir a disponibilidade dos serviços críticos, respeitando os níveis de serviços acordados.
OTTI 20	PDTIC - Garantir a disponibilidade e a capacidade da infraestrutura para suporte dos serviços e soluções de TIC.

3.2.4. A presente demanda está alinhada com ao Plano anual de Contracções **PAC 2020** EPL:

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
ITEM	DESCRIÇÃO
281	Contratação de softwares Microsoft (Software como serviço)

3.2.5. A contratação das licenças visa oferecer recursos tecnológicos que propiciem eficiência operacional de forma a apoiar aos profissionais EPL em atividades que demandem recursos de aplicativos de editores de texto, e-mail, calendários compartilhamento de arquivos e informações na nuvem e apoio na execução de atividades rotineiras do ambiente corporativo (relatórios, planilhas, apresentações, vídeo conferências, reuniões etc.) com a devida segurança da informação.

3.2.6. Além disso, a presente contratação busca atender as seguintes necessidades:

- a) Manter a padronização da plataforma de software e compatibilidade com os produtos que já se encontram em operação;
- b) Manter integração das soluções propostas com o ambiente em produção EPL;
- c) Preservar os investimentos realizados;
- d) Utilizar do “know how” adquirido pelos profissionais da EPL;
- e) Padronizar processos e documentos de trabalho; e
- f) Modernizar o ambiente tecnológico.

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. Contratação de subscrição de licenças de uso de softwares à plataforma de produtos Microsoft, por um período de 12 meses, a fim de atender às necessidades da EPL, conforme os quantitativos demonstrados no item 2.2, baseada em levantamentos, como por exemplo: a quantidade de usuários, histórico de uso, bem como diante da solicitação de novos produtos por outras áreas da EPL, como a GEINE e GEPDL que solicitaram a aquisição/inclusão de itens (ex: Power Bi e outros) em que a definição da quantidade se deu pela própria demandante, durante a fase de planejamento da contratação.

3.3.2. Entretanto, é importante destacar que o modelo de subscrição permite uma maior flexibilização quanto ao uso das licenças, nas quais anualmente podem ser demandadas conforme a necessidade.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. A solução não será parcelada, por se tratar de uma solução única para o fornecimento de subscrições de licenças da Microsoft.

3.4.2. Devido a integridade técnica será necessário estabelecer um objeto de 1 (um) único lote, composto pelo grupo de licenças pretendidas.

3.4.3. Salienta-se ainda que o agrupamento dos itens em 1 (um) lote não prejudica a concorrência entre os licitantes, uma vez que, todas as empresas credenciadas na Microsoft Corporation podem sozinhas fornecer todas as licenças que são necessárias à EPL para atualizar seu ambiente.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Serviços compatíveis com requisitos de segurança, desempenho, disponibilidade e escalabilidade suficientes para a continuidade do negócio da EPL;
- b) Otimização da produtividade dos profissionais da EPL com o suporte de operações;
- c) Redução do tempo para implementação; e
- d) Maior governança, confiabilidade e escalabilidade aos serviços de TIC providos pela EPL.

3.5.2. Benefícios a serem alcançados:

Id	Benefício Esperado	Tipo
1	Regularidade do ambiente computacional da EPL, em obediência ao regime de proteção da propriedade intelectual.	Eficiência
2	Gerenciamento do parque tecnológico.	Eficácia

Id	Benefício Esperado	Tipo
3	Suporte do fabricante e direito de atualização contínua.	Efetividade
4	Ganho de colaboração e produtividade.	Economicidade
5	Melhor nível de segurança, integridade e consistência de dados e informações manipulados e armazenados no ambiente da EPL.	Eficiência
6	Alta disponibilidade dos serviços e sistemas mantidos pela EPL.	Eficácia
7	Diminuição de custos futuros, uma vez que contratos subsequentes poderão contemplar apenas a aquisição da opção de atualização dos softwares já adquiridos.	Efetividade
8	Substituição de softwares descontinuados por novos lançamentos nas mesmas condições.	Economicidade
9	Preservação dos investimentos a aproveitamento do conhecimento técnico com sistemas desenvolvidos e mantidos pela EPL, como também os serviços de correio eletrônico, serviços de bancos de dados (SGBD), serviços de gerenciamento de projetos e sistemas operacionais dos servidores baseados nos softwares a serem adquiridos;	Eficiência
10	Evolução das soluções desenvolvidas, adicionando novas exigências, facilidades e aprimorando os sistemas e processos de trabalho;	Eficácia
11	Atendimento às demandas de sustentação dos sistemas críticos desenvolvidos na tecnologia de produtos Microsoft no ambiente computacional da EPL.	Efetividade

3.6. Catálogo de Soluções de TIC - SISP/SGD/ME

3.6.1. Destaca-se que foi analisado o Acordo de Corporativo nº 08/2020 entre SGD/ME e a MICROSOFT, que define os parâmetros para que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) utilizem a listagem de produtos e serviços e respectivos valores de referência, estabelecidos em conformidade com os termos e condições do Acordo em processos de contratação, prorrogação ou renovação contratual que englobem os produtos ou serviços da Microsoft.

3.6.2. Recentemente o SISP publicou no Catálogo de Soluções de TIC o Acordo Corporativo nº 8/2020, que estabelece o valor máximo a ser observado pela Administração Pública em contratações de soluções como a Microsoft (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>).

3.6.3. Entretanto, a Microsoft considera que a EPL não atende aos critérios de elegibilidade mundialmente definidos e, assim, não deferiu a adesão da EPL ao referido Acordo nº 08/2019 entre SGD/ME e MICROSOFT. Situação confirmada em consulta a Central de Serviços do SISP, protocolo de atendimento: 1815139.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A EPL é incumbida de estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, além ser uma instituição pública que tem protagonismo nos processos de concessão de infraestrutura de transporte, contribuindo para o desenvolvimento do setor, beneficiando a sociedade como um todo.

4.1.2. O desempenho das atividades atribuídas à EPL depende sobremaneira de recursos de TIC, como *softwares*, servidores, internet, rede de comunicação, serviços e outros.

4.1.3. Diante disso, para o adequado desempenho de suas atividades diárias, a EPL produz inúmeros documentos e necessita de ferramentas que viabilizem a alta produtividade, essa necessidade tende a crescer para sustentar o desenvolvimento da missão e alcançar a visão da EPL.

4.1.4. Do ponto de vista do negócio da EPL, a solução deve contribuir para ampliar a capacidade de produção atual da empresa, contribuir para o gerenciamento de negócios, aprimorar o modo como o trabalho é realizado com ferramentas modernas que agilizam os processos corporativos, com segurança e continuidade dos serviços prestados.

4.2. **Requisitos Legais**

4.2.1. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal;
- c) Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que estabelece a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- e) Portaria Normativa nº 05, de 14 de julho de 2005 – institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING);
- f) Regulamento Interno de Gestão e Fiscalização de Contratos;
- g) Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007 - institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG);
- h) Portaria STI/MP nº 20/2016 - Boas práticas, orientações e vedações para contratação de Serviços de Computação em Nuvem; e
- i) Regulamento de Licitações da EPL.

4.2.2. Deverá haver aderência às diretrizes e normas de Segurança da Informação - SIC do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

4.2.3. Deverá garantir que a legislação brasileira prevaleça no que se refere à sua prestação de serviços à EPL e ao tratamento dos dados da empresa.

4.3. **Requisitos de Capacitação Tecnológica**

4.3.1. A contratada deverá realizar o repasse de conhecimentos, bem como da documentação atualizada de todas as licenças que a EPL adquirir.

4.3.2. A contratada deverá prestar todas as instruções para a equipe de fiscalização e profissionais indicados pela EPL, sem custos adicionais, com relação à utilização das ferramentas inclusas no licenciamento adquirido.

4.3.3. A capacitação na utilização das soluções será viabilizada pela própria equipe técnica da EPL, levando-se em consideração a memória de conhecimentos da plataforma atualmente em uso, que guarda extrema semelhança com a contratação proposta.

4.3.4. O repasse de conhecimentos e instruções poderão ser realizados por meio eletrônico, como vídeo conferência; ou presencialmente, nas dependências da EPL.

4.3.5. O horário estipulado deverá ser suficiente para a absorção do conhecimento pela equipe da EPL e agendado previamente com a fiscalização do Contrato.

4.3.6. Os profissionais da EPL somente poderão participar dos repasses de conhecimentos e instruções de segunda a sexta-feira, exceto feriados, em horário compreendido no período de 9:00h às 18:00h.

4.4. Requisitos de Suporte Técnico e Manutenção

- 4.4.1. O serviço de suporte será executado diretamente pela Microsoft ou por empresa representante oficial do fabricante, devendo ser iniciado até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.
- 4.4.2. A garantia deverá englobar qualquer atividade relacionada ao funcionamento dos produtos, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software, sem nenhum ônus para a EPL;
- 4.4.3. Durante o período de garantia deverá ser fornecida a atualização de versões dos softwares fornecidos, mesmo que saiam de linha e não sejam mais suportados pelo fabricante.
- 4.4.4. A garantia do fabricante dos produtos fornecidos deve obrigatoriamente prover:
- a) Direito a novas versões de todos os softwares contratados;
 - b) Treinamento Oficial Microsoft;
 - c) Consultoria limitada da Microsoft; e
 - d) Treinamento virtual (E-Learning) de sistemas, aplicativos e servidores.
- 4.4.5. O suporte on-line (telefone e e-mail) deverá ser disponibilizado durante 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta dias) por ano, obrigatoriamente em Português Brasileiro.
- 4.4.6. O suporte on-line deverá disponibilizar ferramenta de acesso remoto e proporcionar o referido acesso quando solicitado, mediante autorização do órgão.
- 4.4.7. A contratada deverá disponibilizar, formalmente, os canais para suporte, no prazo previsto no item Requisitos Temporais.
- 4.4.8. Deverá ser fornecida uma Central de Atendimento (sítio na Internet, e-mail e telefone 0800), sem custo adicional à contratante para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise.
- 4.4.9. As manutenções programadas deverão ser comunicadas à EPL com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.
- 4.4.10. As manutenções emergenciais deverão ser comunicadas à EPL, com as justificativas para tanto, a fim de possibilitar a avaliação das condições de cumprimento dos níveis de serviços e condições contratuais.
- 4.4.11. Toda a manutenção (corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa) ficará a cargo da contratada.
- 4.4.12. Todas as licenças que compõem a solução devem contar com manutenções corretivas, sem ônus adicional para a EPL, durante o ciclo de vida do software indicado pelo fabricante, para o caso de vícios, defeitos ou falhas.
- 4.4.13. O monitoramento do ambiente será realizado pela equipe de sustentação da infraestrutura da EPL.
- 4.4.14. A EPL deverá ter acesso a todos os dados em tempo real. Será elaborado um Plano de Comunicação entre a contratada, a EPL e a equipe responsável pelo Contrato, a fim de que todas as informações sejam adequadamente compartilhadas.
- 4.4.15. Ocorrendo problema na operação da ferramenta, em decorrência de mau funcionamento, o nível de severidade de um chamado ao serviço de suporte técnico determinará o prazo máximo que a contratada terá para apresentar uma solução para o problema a contar do chamado, conforme Níveis de Serviço (SLA):
- 4.4.16. A solução somente será considerada restabelecida quando estiverem integralmente operacionais todas as funcionalidades impactadas em decorrência do evento que ocasionou chamado técnico.
- 4.4.17. Ficará a critério da EPL o aceite das soluções implantadas.
- 4.4.18. O não cumprimento dos prazos estipulados acima implica nas penalidades especificadas no contrato.
- 4.4.19. Objetivando comprovar os níveis de serviço prestados, a contratada deverá fornecer relatórios mensais e anuais contendo a quantidade de chamados atendidos, por grau de severidade, a quantidade de chamados resolvidos dentro do prazo, a quantidade de chamados resolvidos fora do prazo e a quantidade de chamados não resolvidos.

4.5. Requisitos temporais

4.5.1. Considera-se como início do projeto a data da emissão da Ordem de Serviço para entrega das licenças, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.

4.5.2. A contratada deverá disponibilizar, formalmente, os canais para suporte, no prazo máximo, **5 (cinco) dias úteis**, após a assinatura do Contrato.

4.5.3. A Reunião de alinhamento deverá ocorrer após a assinatura do Contrato em, no máximo, **5 (cinco) dias úteis**, após a assinatura do Contrato.

4.5.4. Para os serviços de subscrição de produtos Microsoft, o fornecimento deverá ser executado em até **20 (vinte) dias** corridos, contados a partir da assinatura do Contrato.

4.5.5. A Elaboração da Análise de Riscos e Impactos deverá ocorrer após a assinatura do Contrato em, no máximo, **10 (dez) dias úteis**, após a assinatura do Contrato.

4.5.6. Os prazos de implantação das soluções e disponibilização dos serviços poderão ser ajustados de acordo com riscos e impactos avaliados pela EPL.

4.6. **Requisitos para Entrega dos Softwares**

4.6.1. A contratada deverá disponibilizar, pelo meio mais adequado (site oficial, mídia digital, etc) e em acordo com a contratante, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os softwares contratados de acordo com os quantitativos solicitados.

4.6.2. As novas versões das licenças adquiridas, quando aplicável, deverão ser disponibilizadas em até **5 (cinco) dias úteis**, a partir do lançamento oficial da nova versão.

4.6.3. As versões devem ser as últimas disponíveis no mercado na data do fornecimento da subscrição do produto.

4.6.4. Os softwares deverão ser multi-language.

4.6.5. Os softwares deverão ser adaptáveis aos padrões da arquitetura do e-PING.

4.6.6. Deverá ser disponibilizado acesso ao portal de gestão do Contrato que permita, no mínimo:

- a) realizar downloads dos produtos e chaves;
- b) acessar as informações de licenciamento em um local;
- c) exibir os detalhes resumidos sobre relacionamentos e licenças; e
- d) verificar os status dos relacionamentos.

4.6.7. A contratada deverá entregar a documentação contendo a chave de acesso a portal web, com todos os softwares (resumo de licenças) contratados e disponíveis para utilização.

4.6.8. Os prazos acima explicitados poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados pela Contratada, e mediante avaliação prévia o gestor do Contrato e a equipe de gestão e fiscalização do Contrato, da EPL, aceitem formalmente.

4.6.9. Os atendimentos de suporte técnico on-site, sob demanda, devem ser providos pela contratada e deverá ser disponibilizado em horário comercial no regime de 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana.

4.6.10. Os produtos deverão ser entregues na sede da EPL em Brasília no Edifício Parque Cidade, 8º andar, na Gerência de Logística e Tecnologia da Informação, ou nos endereços indicados dos participantes do Registro de Preço.

4.6.11. Em caso de mudança de endereço a contratante deverá informar expressamente a contratada, com antecedência de 30 (trinta) dias e vice-versa.

4.7. **Requisitos dos Serviços**

4.7.1. Serviços técnicos especializados aos softwares Microsoft compreendendo o atendimento de chamados para resolução de problemas. Elaboração de diagnósticos, saneamento de dúvidas e implementação de melhorias no ambiente computacional em aspectos que envolvam o uso dos softwares Microsoft.

4.8. **Requisitos de Pagamento**

4.8.1. O pagamento será realizado referentes às parcelas mensais com valores iguais, mediante entrega do objeto.

- 4.8.2. As notas fiscais/faturas deverão ser enviadas à contratante, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.
- 4.8.3. O pagamento ocorrerá após o ateste da nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato.
- 4.8.4. Quando da apresentação da nota fiscal/fatura a contratada deverá apresentar e manter atualizados os seguintes documentos:
- 4.8.5. Certidão Negativa de Débito do INSS;
- 4.8.6. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 4.8.7. Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal);
- 4.8.8. Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
- 4.8.9. A contratante efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente;
- 4.8.10. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da contratante, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pró rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado;
- 4.8.11. A contratante não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos; e
- 4.8.12. Os pagamentos efetuados pela contratante não isentam a contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas

4.9. **Requisitos de Segurança**

- 4.9.1. O representante legal da contratada deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e os respectivos funcionários envolvidos ao Contrato deverão assinar o Termo de Ciência.
- 4.9.2. A contratada deverá cumprir a Política de Segurança da Informação da EPL.
- 4.9.3. A contratada deverá apresentar, na reunião inicial, relação nominal dos profissionais envolvidos na execução do Contrato que deverão ter acesso às instalações da EPL, bem como os referidos Termos assinados. Caberá ao preposto alocado ao Contrato manter esta lista atualizada sempre que um novo profissional necessitar de acesso à EPL. A lista deverá conter nome completo, número de identidade, CPF e data de início de atuação na prestação dos serviços (e de término, quando este não estiver mais alocado ao Contrato).
- 4.9.4. A contratada deve observar o atendimento à legislação, principalmente à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 27.05.2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a qual Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- 4.9.5. É vedado a contratada o acesso aos dados da EPL, sem prévia e formal autorização por parte da EPL.
- 4.9.6. A contratada não poderá veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia e formal autorização por parte da EPL.
- 4.9.7. A solução não inclui troca de informações sigilosas.
- 4.9.8. A contratada deverá submeter-se às normas e políticas de segurança da EPL e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados à empresa, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança.
- 4.9.9. A contratada deve comunicar formal e imediatamente ao representante da EPL qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço.
- 4.9.10. A empresa contratada não poderá, em hipótese alguma, ter acesso a informações presentes em documentos impressos ou digitalizados.

4.10. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10.1. Embora a solução escolhida já se encontre plenamente integrada com as condições sociais, ambientais e culturais existentes no ambiente da EPL, a presente contratação representa inovação na forma de trabalho com o armazenamento em nuvem, portanto, deve contar com ações institucionais e políticas de incentivo à inovação, que incorpore esse tema à cultura organizacional.

4.10.2. Durante a contratação e a execução contratual, barreiras culturais deverão ser superadas para a adequada utilização do compartilhamento de arquivos da EPL em nuvem, a fim de evitar conflito com a cultura da empresa; desenvolver continuamente as habilidades que são necessárias para apoiar as soluções em nuvem; e promover a análise e a melhoria de processos estabelecidos que eventualmente possa estar em conflito com a nuvem.

4.10.3. A fim de avaliar a condição da EPL para a contratação que se pretende efetivar, do ponto de vista do contexto e da cultura organizacional, foi constatado o que se segue:

a) A EPL contratou serviços de computação em nuvem, através do Contrato nº 10/2019 em 19/12/2019, processo nº 50840.000.617/2019-20, a contratação para rateio de custos envolvidos na gestão, operação e manutenção da Associação GigaCandanga REDECOMEP-DF, que faz parte do Sistema da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, visando o aproveitamento da infraestrutura disponível para todas as instituições participantes, incluindo a EPL, especialmente o acesso à infraestrutura de comunicação de dados avançada e com alta capacidade (acesso à internet) ;

b) Está previsto a elaboração de políticas e normas internas que balizam a adoção, o gerenciamento e a utilização apropriada da computação em nuvem na EPL são recomendáveis, a fim de desenvolver a cultura organizacional sobre o tema, uma vez que a cultura e o comportamento organizacional podem ser determinantes para a adoção bem-sucedida de computação em nuvem; e

c) Poderá ser necessário revisar e promover mudanças em processos de trabalho.

4.10.4. O atendimento da EPL em toda a execução contratual, incluindo o suporte técnico, deverá ser realizado em língua portuguesa (Português do Brasil).

4.10.5. A solução deverá possuir interface em Português – Brasil.

4.10.6. Considerando o fato de que a sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas as atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público, a solução deverá atender os requisitos de sustentabilidade:

4.10.7. Em relação ao setor público o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo-se também um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas.

4.10.8. A adoção de ferramentas tecnológicas modernas e inovadoras contribui de forma direta com a sustentabilidade do planeta, através de ambiente totalmente digital, de forma segura, ágil e eliminando a necessidade de impressão, contribuindo para as ações de sustentabilidade da EPL, em conformidade com o Acórdão nº 1056/2017 – TCU.

4.11. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.11.1. A EPL possui infraestrutura de TIC própria (CPD), e também serviços de computação em nuvem, formando uma nuvem híbrida, como recomendado na Portaria MP/STI nº 20/2016, considerando a combinação da nuvem pública contratada e da nuvem privada da EPL (CPD).

4.11.2. Nuvem híbrida pode ser conceituada da seguinte maneira:

“Nuvem híbrida – A infraestrutura de nuvem é uma composição de duas ou mais infraestruturas de nuvem (privada, comunitária ou pública), interligadas por tecnologias padronizadas ou proprietárias que permitem portabilidade de aplicações e de dados entre as nuvens”.

4.11.3. A solução é composta por licenças de software SaaS (Software como Serviço).

4.11.4. O SaaS permite aos usuários se conectar e usar aplicativos baseados em nuvem pela Internet. Exemplos comuns são e-mail, calendário e ferramentas do Office (como Microsoft Office 365).

4.11.5. O SaaS fornece uma solução de software para o uso dos aplicativos pela organização e seus usuários, para se conectarem a ele pela Internet, normalmente por um navegador da Web.

4.11.6. Recursos do SaaS:

- a) Não é necessário adquirir, instalar, atualizar ou manter hardware, middleware ou software;
- b) O serviço SaaS escala verticalmente e horizontalmente de acordo com o nível de uso;
- c) Não precisa adquirir e instalar software especial para os usuários;
- d) Facilita a mobilização da força de trabalho, pois os usuários podem acessar aplicativos e dados armazenados na nuvem SaaS por meio de qualquer computador ou dispositivo móvel conectado à Internet; e
- e) Quando os dados do aplicativo estiverem armazenados na nuvem, nenhum dado será perdido se um computador ou dispositivo do usuário falhar.

4.12. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.12.1. Não se aplica uma vez que essa contratação visa o fornecimento de subscrições de licenças da Microsoft.

4.13. **Requisitos de Implantação**

4.13.1. A reunião inicial é o marco que firma o relacionamento entre a contratada e a EPL, no que se refere à implantação dos serviços.

4.13.2. Esta reunião deverá ocorrer em até **10 (dias) úteis** após a assinatura do Contrato. O agendamento desta reunião é responsabilidade do Gestor do Contrato. Nesta reunião serão tratados os seguintes assuntos:

- a) Apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da contratada;
- b) Entrega, por parte da contratada, do termo de compromisso e do termo de ciência;
- c) Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do Contrato;
- d) Apresentação do Plano de Inserção;
- e) Apresentação do Plano de Fiscalização;
- f) Entrega das licenças e acessos; e
- g) Disponibilização de acessos.

4.13.3. A ativação, pela contratada, dos serviços contratados, compreende:

- a) Disponibilização das licenças; e
- b) Apoio técnico.

4.13.4. O Plano de Implantação deve conter, no mínimo, cronograma de implantação, análise de riscos, plano de comunicação da implantação, identificação de todos os profissionais envolvidos na implantação, forma de medição dos indicadores de nível de serviço e ferramentas a serem aplicadas e dimensionamento de carga da infraestrutura do provedor.

4.13.5. A instalação de qualquer tipo de aplicativo ficará sob a responsabilidade exclusiva da EPL.

4.13.6. A título de informação, a EPL utiliza a Ferramenta de Gestão de Serviços de Informática chamada *OTRS*, sistema de gestão de serviços de código aberto, usado para gerenciar automação de fluxos de trabalho, notificações e chamados.

4.14. **Requisitos de Garantia Técnica**

4.14.1. A solução deverá contar com garantia técnica de correção em relação a vícios, defeitos ou falhas. A EPL poderá solicitar, sem qualquer ônus adicional, a substituição ou correção da solução de software a ser contratada, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.14.2. Além disso, a contratada fica obrigada a realizar atualizações e prestar suporte técnico.

4.14.3. O prazo para garantia técnica, atualização, e suporte técnico deverá ser de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.

4.14.4. A contratada deverá compensar a EPL em caso de descumprimentos de nível de serviço, conforme descontos previstos no **item 7.3 Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**.

4.15. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.15.1. A contratada deve disponibilizar profissionais habilitados em toda a execução contratual, incluindo nas interações com a EPL.

4.16. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.16.1. Não se aplica uma vez que essa contratação visa o fornecimento de subscrições de licenças da Microsoft.

4.17. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.17.1. Não se aplica uma vez que essa contratação visa o fornecimento de subscrições de licenças da Microsoft.

4.18. **Requisitos de Segurança da Informação**

4.18.1. Ao serem transmitidos para a nuvem dos produtos do Microsoft 365, arquivos de trabalho da EPL deverão conservar a sua classificação original.

4.18.2. Os dados constantes da nuvem poderão ser reclassificados a qualquer tempo, de acordo com as regras de classificação da informação definidas na EPL.

4.18.3. A contratada deverá seguir a Política de Segurança da Informação da EPL.

4.18.4. Sempre que as regras de classificação da informação da EPL exigirem, os dados armazenados em nuvem devem estar criptografados.

4.18.5. Todos os dados, documentos, projetos, estudos e trabalhos armazenados pela EPL na nuvem do provedor devem estar devidamente protegidos pelos mecanismos de segurança afetos à propriedade intelectual.

4.18.6. Os direitos de propriedade e acesso aos dados da EPL na nuvem, inclusive referentes a *logs* são exclusivos da empresa.

4.18.7. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da EPL, possibilitará a imediata rescisão de Contrato firmado entre a EPL e o provedor, sem qualquer ônus para a EPL, ensejando a reparação por perdas e danos sofridos pela EPL, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas.

4.18.8. Serão observadas, tanto pela EPL quanto pelo provedor, as disposições e obrigações sobre proteção de dados pessoais, especialmente aquelas oriundas da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações.

4.19. **Requisitos de Limite Geográfico**

4.19.1. Em conformidade com o disposto na NC 14/IN01/DSIC/GSIPR, os dados e informações da EPL devem residir exclusivamente em território nacional, incluindo replicação e cópias de segurança (*backups*), de modo que a EPL disponha de todas as garantias da legislação brasileira, enquanto tomadora do serviço e responsável pela guarda das informações armazenadas em nuvem.

5. **RESPONSABILIDADES**

5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

5.1.2. Comunicar à contratada, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados;

5.1.3. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.4. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 5.1.5. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.6. Atestar as Notas Fiscais relativas à efetiva e regular prestação dos serviços, bem como efetuar os pagamentos devidos à contratada;
- 5.1.7. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 5.1.9. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.10. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.11. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à EPL; e
- 5.1.12. Providenciar nos canais aplicáveis, a publicação dos artefatos da contratação, conforme normativos da EPL.

5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- 5.2.1. Cumprir fielmente o disposto na Lei nº 12.846/13, abstendo-se do cometimento de atos lesivos à Administração pública, definidos no Art. 5º da Lei retromencionada, mormente no que diz respeito a práticas corruptas e/ou antiéticas;
- 5.2.2. Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos aceitos pela EPL, na forma das Políticas da EPL ;
- 5.2.3. Disseminar entre seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência o conhecimento sobre o disposto na Lei nº 12.846/13, de modo que seja assegurado que os mesmos entendam os termos da referida Lei e tenham consciência da relevância do tema integridade e ética na execução dos serviços;
- 5.2.4. Cuidar para que nenhuma pessoa ou entidade que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de maneira direta ou indireta, a qualquer empregado da contratante, ou a qualquer pessoa ou entidade em nome da contratante;
- 5.2.5. Manifestar aos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como a qualquer pessoa ou entidade que aja em seu nome, a proibição de que qualquer um deles utilize meio imoral ou antiético nos relacionamentos com os empregados da EPL;
- 5.2.6. Cooperar com a EPL e demais órgãos, entidades ou agentes públicos, em caso de denúncia, suspeita de irregularidades e/ou violação da Lei nº 12.846/13 referentes ao presente objeto;
- 5.2.7. A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei 13.303/16 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da EPL, ou outras normas de licitações e Contratos da Administração Pública;
- 5.2.8. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 5.2.9. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da equipe de gestão e fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à EPL ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.11. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.12. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

- 5.2.13. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.14. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à EPL;
- 5.2.15. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;
- 5.2.16. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- 5.2.17. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas, fiscais e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação brasileira aplicável;
- 5.2.18. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Contrato, podendo a EPL, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;
- 5.2.19. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Fiscal do Contrato;
- 5.2.20. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EPL para a adequada execução do Contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- 5.2.21. Garantir o isolamento de recursos e dados da EPL contra acesso indevido por outros clientes;
- 5.2.22. Observar as regras deste Termo de Referência quanto à definição das políticas e procedimentos para triagem dos eventos relacionados à segurança e garantir o gerenciamento de incidentes completo e ágil; quanto aos direitos de propriedade e acesso aos dados, inclusive referentes a *logs*; quanto à autorização e transparência de acesso da contratada aos ativos físicos e virtuais da EPL; quanto a requisitos mínimos de contratação de pessoal e de monitoramento de suas atividades; e em relação às avaliações periódicas independentes, com a finalidade de verificar a adequação dos controles da contratada; requisitos de segurança; requisitos de segurança da informação;
- 5.2.23. Respeitar os limites geográficos do Contrato, exclusivamente território nacional;
- 5.2.24. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;
- 5.2.25. Não conter em seus quadros, durante toda a execução do Contrato, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor(es) de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz(es), a partir de 14 anos, bem como trabalhadores em condições análogas à de escravo;
- 5.2.26. Não incorrer em práticas que possam, de qualquer modo, contribuir para a disseminação do proveito criminoso da prostituição;
- 5.2.27. Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- 5.2.28. Orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental;
- 5.2.29. Não alocar, na execução direta dos serviços objeto do Contrato, empregado ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau, de empregados da EPL;
- 5.2.30. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados à contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados, decorrentes dos serviços ora contratados;
- 5.2.31. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, conforme consta no Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo da EPL as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis.
- 5.2.32. Apresentar declaração de vedação ao nepotismo e impedimentos;

5.2.33. Permitir, em caráter irrevogável e irretratável, que a EPL forneça aos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, voltados à administração tributária, toda e qualquer informação ou ainda documentos que lhe forem requisitados, relativos ao Contrato, em cumprimento às disposições normativas vigentes; e

5.2.34. No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, especialmente os de informação e cooperação, a contratada deverá colaborar com a EPL, no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação e eventual alteração contratual, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

5.3. ***Deveres e responsabilidades do Órgão gerenciador da ata de registro de preços***

5.3.1. Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP:

- a) aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e
- b) deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

5.3.2. Os procedimentos constantes acima serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

5.3.3. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo federal;
- b) consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- c) promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- d) realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;
- e) confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e Termo de Referência;
- f) realizar o procedimento licitatório;
- g) gerenciar a ata de registro de preços;
- h) conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- i) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- j) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

5.3.4. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nas **letras "c", "d" e "f"**.

5.4. ***Responsabilidades dos órgãos participantes:***

5.4.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência, adequado a este registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- a) garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

- b) manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- c) tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; e
- d) realizar o planejamento de sua contratação, em conformidade com a legislação aplicável.

5.4.2. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.4.3. Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação e a pesquisa de mercado, nos termos da legislação vigente.

5.4.4. Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. ***Rotinas de Execução***

6.1.1. A contratada deverá observar, durante a execução contratual, todas as condições, obrigações, rotinas e prazos previstos neste Termo de Referência.

6.1.2. Deverão ser observados, ainda, durante a execução do objeto, todos os requisitos da solução, previstos neste Termo de Referência.

6.1.3. **Prazos, Horários e Locais de Execução:**

6.1.3.1. Prazos: Deverão ser observados todos os prazos previstos neste documento e no Termo de Referência do órgão gerenciador.

6.1.3.2. Horários: A entrega e demais atos relativos à execução da contratação deverão ocorrer de forma agendada com a EPL nos horários de funcionamento da empresa, qual seja: em dias úteis, de 8:00h às 12:00 e de 14:00h às 19:00h.

6.1.3.3. O suporte técnico deverá ser disponibilizado pela contratada à EPL em conformidade com este Termo de Referência.

6.1.3.4. Locais de Execução: A entrega e demais atos relativos à execução da contratação deverá ocorrer na EPL, endereço: SCS, Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, 7º e 8º andares, Lote C - Asa Sul, Brasília - DF, 70308-200, Brasil, ou em outro endereço que a empresa vier a ocupar.

6.1.4. **Papeis e Responsabilidades:**

6.1.4.1. Os papéis e as responsabilidades da contratada e da EPL constarão no Plano de Comunicação, que será atualizado sempre que necessário.

6.1.4.2. **Papéis pela contratada:**

a) Preposto: Representante da contratada, apto a representá-la, durante toda a execução do serviço.

6.1.4.3. **Papéis pela EPL (contratante):**

a) Gestor: Empregado da EPL com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

b) Fiscal Requisitante: Empregado da EPL, da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar a contratação do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação;

c) Fiscal Técnico: Empregado da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o objeto; e

d) Fiscal Administrativo: Empregado da EPL, da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos.

6.1.5. **Responsabilidades:**

6.1.5.1. Serão realizadas, por parte da equipe de **fiscalização da EPL**, as seguintes atividades:

- a) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, a cargo do Fiscal Técnico, quando da entrega do objeto;
- b) avaliação da qualidade dos licenças entregues, a partir da aplicação das Listas de Verificação e de acordo com os Critérios de Aceitação definidos na contratação, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante;
- c) identificação de não conformidade com os termos contratuais, em especial quanto ao detalhamento e requisitos do objeto, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante;
- d) verificação de aderência aos termos contratuais, especialmente quanto à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, a cargo do Fiscal Administrativo;
- e) encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor da contratação ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico;
- f) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Fiscal Técnico e do Fiscal Requisitante, com base na informação produzida na letra “a”;
- g) autorização para faturamento e emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada, a cargo do Gestor;
- h) verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo;
- i) verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio do Fiscal Técnico e do Fiscal Administrativo;
- j) verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante; e
- k) encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor.

6.1.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes designados serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.

6.2. **Quantidades dos serviços para a contratação e controle**

6.2.1. ***Softwares Microsoft (Software como serviço)***: A quantidade a serem registradas é a seguinte:

LICENÇA	EPL (GERENCIADOR)	ÓRGÃO 1 (PARTICIPANTE)	ÓRGÃO 1 (PARTICIPANTE)	ÓRGÃO 1 (PARTICIPANTE)
Microsoft 365 F3 com Subscrição (12 meses)	19			
Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	229			
Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	10			
Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	20			
TOTAL ITENS				

6.2.2. As quantidades acima especificadas se destinam ao registro de preços e **não representa compromisso de contratação**, sendo uma mera estimativa de necessidade máxima. A existência de preços

registrados não obriga a EPL ou os órgãos participantes a contratar, facultando-se, inclusive, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.3. ***Propriedade Intelectual e Direito Autoral***

6.3.1. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre artefatos, projetos, estudos, dados, bases de dados e produtos produzidos ao longo da execução do objeto pertencem à EPL.

6.4. ***Mecanismos Formais de Comunicação entre as partes***

6.4.1. A forma de comunicação entre as partes será correspondência oficial, ofício, assinado pelos representantes das partes contratantes, devidamente protocolizada.

6.4.2. Para *download* de licenças e atualizações, assim como acesso ao suporte técnico, poderão ser utilizados o sítio oficial do fabricante da solução na Internet, e-mail, ou central de atendimento telefônico, sempre com o número de protocolo ou chamado correspondente.

6.5. ***Forma de Pagamento***

6.5.1. A autorização de pagamento da fatura enviada pela CONTRATADA, será somente mediante elaboração, validação e assinatura do termo de recebimento definitivo pelo Fiscal designado pela EPL com a entrega de todos os serviços que foram solicitados em Ordem de Fornecimento.

6.6. ***Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo***

6.6.1. A contratada deverá entregar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme **ANEXO B**, na reunião inicial a ser agendada pela EPL, após assinatura do Contrato.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. ***Critérios de Aceitação***

7.1.1. Somente serão aceitos os serviços executados em conformidade com este Termo de Referência e com a proposta da contratada.

7.1.2. Serão avaliadas, especialmente: a qualidade dos serviços realizados, pelos fiscais técnico e requisitante; a identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos fiscais técnico e requisitantes; a verificação de aderência aos termos contratuais, pelo fiscal administrativo; e a verificação da manutenção das condições de habilitação, pelos fiscais administrativo e técnico.

7.1.3. Para aceitação dos serviços serão avaliados os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, as listas de verificação, o Relatório de Ativação, o Relatório da Implantação e o Relatório Mensal de Serviços.

7.1.4. Após conclusão da ativação, a contratada emitirá um Relatório da Ativação, em arquivo eletrônico (arquivo texto e planilha), explicitando os serviços executados e anexando a documentação correlata, enviando formalmente para a EPL.

7.1.5. A ativação dos serviços será avaliada para fins de aceitação, sendo obrigação da contratada comunicar formalmente à Equipe de Fiscalização sobre a sua conclusão (mediante o Relatório da Ativação), para fins de recebimento.

7.1.6. Após a conclusão da implantação, a contratada emitirá um Relatório da Implantação, em arquivo eletrônico (arquivo texto e planilha), explicitando os serviços executados e anexando a documentação correlata, enviando formalmente para a EPL.

7.1.7. A implantação do objeto contratado será avaliada para fins de aceitação, sendo obrigação da contratada comunicar formalmente à Equipe de Fiscalização sobre a sua conclusão (no Relatório da Implantação), para fins de recebimento.

7.1.8. Para fins de aceitação, deverão ser realizados os testes de validação e as evidências anexadas ao processo.

7.1.9. A contratada emitirá, ainda, um Relatório Mensal de Serviços, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, em arquivo eletrônico, com informações analíticas e sintéticas dos chamados da garantia abertos e fechados no período e anexando a documentação correlata. O relatório conterá, no mínimo, a seguinte informação:

a) quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período;

- b) número do chamado registrado e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- c) data e hora de abertura;
- d) data e hora de início e conclusão do atendimento;
- e) identificação do técnico da contratada que registrou o chamado;
- f) identificação do técnico da contratada que atendeu ao chamado da garantia;
- g) descrição da requisição, incidente ou problema;
- h) descrição da solução;
- i) resumo com a lista de chamados concluídos fora do prazo de solução estabelecido;
- j) total de chamados no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório;
- k) consumo da EPL quanto aos serviços prestados, no mínimo em relação ao armazenamento, processamento e memória;
- l) alerta para quando o consumo de serviços da EPL atingir 80% (oitenta por cento) do contratado;
- m) informações sobre a monitoria do ambiente, com relatórios das ferramentas específicas; e
- n) informações que julgar pertinentes ou solicitadas pela fiscalização.

7.1.10. Ocorrendo recusa de qualquer dos relatórios, na fase de recebimento provisório ou definitivo, a contratada terá o prazo de até 3 **(três) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação, para providenciar as correções e protocolar novamente o relatório.

7.1.11. Com a reapresentação do relatório, os prazos para análise e recebimento iniciam novamente.

7.1.12. Após o recebimento definitivo da ativação e da implantação e treinamento completos, será exarada a autorização para emissão de nota fiscal. A critério do Gestor do Contrato, a autorização de que trata este item poderá constar do próprio termo de recebimento definitivo.

7.1.13. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.1.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional, da contratada pela perfeita execução da contratação.

7.1.15. Por ocasião da entrega, a EPL poderá solicitar documentação complementar pertinente ao esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a execução do objeto.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. Considerando que os serviços de implantação, manutenção e suporte técnico engloba o serviço de atualização de software do fabricante, que permite acesso às novas releases e novas versões do software, com correções, reparos de bugs, modificações, atualizações e/ou aprimoramentos, como também o atendimento aos usuários para resolução de dúvidas ou incidentes, a ser prestado durante a vigência do Contrato:

7.2.2. A contratada deverá fornecer, no Relatório Mensal de Serviços, as informações necessárias para a avaliação da execução contratual, incluído informações sobre chamados, alertas dos sistemas de monitoria e outras, conforme este Termo de Referência.

7.2.3. A EPL se reserva o direito de realizar diligências e inspeções, a fim de melhor avaliar a adequação da solução fornecida.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Na abertura de chamados técnicos relacionados ao serviço de suporte técnico em garantia, serão fornecidas informações de identificação do produto, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e severidade do chamado, conforme tabela abaixo:

SEVERIDADE DO CHAMADO		
Severidade	Descrição	Tempo de Início de Atendimento

SEVERIDADE DO CHAMADO		
Severidade	Descrição	Tempo de Início de Atendimento
Nível 1	Chamados para solucionar problema severo que possa afetar gravemente os sistemas em ambiente de produção ou torná-los indisponíveis, bem como correr perda de dados de produção e não existir nenhuma alternativa de contorno do problema.	Em até 01 (uma) hora
Nível 2	Chamados para solucionar problema que cause impacto significativo no desempenho e na qualidade de parte dos serviços. Apesar de não causar interrupção continuada, o serviço em ambiente de produção está funcionando com capacidade fortemente reduzida.	Em até 04 (quatro) horas
Nível 3	Chamados para solucionar problema que envolva a interrupção parcial não-crítica de funcionalidade em ambiente de produção ou desenvolvimento, com impacto de nível médio a baixo na disponibilidade dos serviços. Há prejuízo para algumas operações, mas não compromete todos os serviços.	Em até 08 (oito) horas
Nível 4	Chamados para tratar questões gerais sobre utilização, recomendações para aprimoramentos futuros ou modificações de produtos. Não estão relacionadas a nenhum impacto na qualidade, desempenho ou funcionalidade do produto.	Em até 12 (doze) horas

7.3.2. Para efeito dos níveis de severidade exigidos será considerado:

7.3.2.1. **Tempo de início de atendimento:** Prazo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da EPL à Contratada e o efetivo início dos trabalhos de suporte.

7.3.3. O atendimento aos chamados de severidade de Nível 1 não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento da subscrição, mesmo que se estenda para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados. A interrupção de atendimento para um chamado desse tipo de severidade por parte da prestadora de serviço e que não tenha sido previamente autorizado pela Contratante, poderá ensejar em aplicação de penalidades previstas.

7.3.4. Os chamados classificados com severidade Nível 2, quando não solucionados no prazo definido, poderão ser automaticamente escalados para a severidade de Nível 1, sendo que os prazos de atendimento e solução definitiva do problema, bem como penalidades previstas, serão devidamente ajustados para o novo nível. A interrupção de atendimento para um chamado desse tipo de severidade por parte da Contratada e que não tenha sido previamente autorizado pela EPL, poderá ensejar em aplicação de penalidades previstas, conforme o **item 7.4**, deste Termo de Referência.

7.3.5. Por necessidade excepcional de serviço, a Contratante também poderá solicitar o escalonamento de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a mudança deverá ser justificada e os prazos dos chamados passarão a contar do início novamente.

7.3.6. Os chamados, quando possível, poderão ser analisados e solucionados remotamente.

7.3.7. Todavia, aqueles classificados com níveis de severidade 1 e 2 deverão ser solucionados por intermédio de suporte remoto e/ou "on site". Todos os chamados efetuados receberão código de identificação devendo ser reportados via e-mail todas as atualizações e atividades executadas em frequência acordada com o responsável pela abertura do chamado, para acompanhamento das providências em andamento e do tempo decorrido desde sua abertura.

7.3.8. Os e-mails de reportes de chamados deverão conter no mínimo as seguintes informações:

7.3.8.1. Data de abertura, descrição do problema, produto afetado, atividades sendo desempenhadas, severidade atual do atendimento e tempo estimado de resolução e/ou solução de contorno.

7.3.9. A Contratada deverá disponibilizar relatório dos atendimentos realizados mensalmente, os quais conterão as seguintes informações:

7.3.9.1. Relação de todos os chamados ocorridos no período, incluindo data e hora do início e encerramento, severidades, identificação do usuário que solicitou e validou o serviço, identificação do técnico responsável pela execução do serviço, tempo total e cobrado do atendimento bem como outras informações pertinentes.

7.3.9.2. Chamados fechados sem anuência da EPL ou sem que os problemas tenham sido de fato resolvidos deverão ser reabertos e os prazos serão contados a partir da abertura original dos chamados, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

7.3.10. A Contratada manterá cadastro das pessoas indicadas pela EPL, as quais poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados.

7.3.11. Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a EPL irá notificar a Contratada de tal fato, para que a mesma tome as devidas providências.

7.3.12. A Contratada deverá interromper a contagem das horas de chamados em andamento sempre que comprovadas às seguintes situações:

7.3.12.1. Quando constatado que o problema está relacionado a "bug" no produto e que o fabricante não possui uma correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio;

7.3.12.2. Que a Contratada tomou todas as medidas possíveis visando providenciar solução de contorno e não tenha sido possível solucionar o problema.

7.3.13. Sempre que solicitada, a Contratada deverá enviar a Contratante um relatório contendo todas as informações referentes aos chamados já abertos até o momento. Este relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

7.3.13.1. Quantidade de chamados abertos;

7.3.13.2. Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo;

7.3.13.3. Prazo médio de atendimento dos chamados.

7.4. ***Sanções Administrativas e Procedimentos para a retenção ou glosa de pagamento***

7.4.1. O descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela EPL, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as sanções previstas na Lei nº 13.303/2016

7.4.2. O inadimplemento contratual poderá ser penalizado com as seguintes multas:

7.4.2.1. multa de mora no percentual correspondente a **0,5% (meio por cento)**, calculada sobre o valor total do item contratado, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por **20 (vinte) dias**; e

7.4.2.2. multa de mora no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do item contratado, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão da contratação.

7.4.3. As sanções deverão ser autuadas e formalizadas em processo administrativo, no qual seja assegurada a prévia e ampla defesa ao fornecedor, nos prazos legalmente previstos nos normativos de regência da EPL.

7.4.4. Com fundamento nos artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016, nos casos de retardamento, de falha na execução na contratação ou de inexecução total do objeto, garantida a prévia defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas neste Termo de Referência, com as seguintes penalidades:

a) **advertência**;

b) **multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

c) **suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPL, por prazo não superior a dois anos;

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

d) As sanções previstas no inciso III do art. 83, da Lei nº 13.303/2016 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.5. Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

- a) descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades advindas da entrega dos equipamentos, conforme este Termo de Referência e a proposta da contratada, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da EPL e de terceiros, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave; e
- c) na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela abaixo Item 7.4.8.

7.4.6. Será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) No caso de atraso injustificado na execução do objeto será aplicada multa de 1,0% do valor do objeto da contratação, por dia de atraso na entrega dos equipamentos, ou, ainda, disponibilização ou atendimento de suporte técnico, **até o limite de 15 (quinze) dias corridos**, a partir de quando o atraso será considerado inexecução parcial do objeto;
- b) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item contratado; e
- c) No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) sobre o valor do item contratado.

7.4.7. O atraso somente será considerado justificado quando a razão for aceita formalmente pela EPL.

7.4.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% ao dia sobre o valor global do contrato
2	0,2% ao dia sobre o valor global do contrato
3	0,4% ao dia sobre o valor global do contrato
4	0,8% ao dia sobre o valor global do contrato
5	1,6% ao dia sobre o valor global do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento e instalações contratuais por dia.	4

Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
4	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades da instalação, por funcionário e por dia;	1
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
6	Indicar e manter preposto durante a execução do Contrato.	1

7.4.9. As multas poderão ser aplicadas de forma cumulativa, mas o seu somatório (no período de 1 (um) ano) não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total por item contratado.

7.4.10. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à contratada.

7.4.11. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até **5 (cinco) dias**, contados da comunicação oficial.

7.4.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à EPL, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.4.13. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contado da solicitação da EPL. Nesse caso, a contratada deverá apresentar o comprovante da complementação no mesmo prazo especificado neste item.

7.4.14. Os ajustes de pagamento (glosas) poderão ser abatidos dos pagamentos devidos a contratada.

7.4.15. Os ajustes de pagamento (glosas) referentes a um mês de prestação de serviço não poderão ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor previsto em Contrato para remuneração mensal.

7.4.16. Poderão ser realizadas auditorias, tanto pela EPL quanto por terceiros, a fim de verificar os níveis de serviços.

7.5. **Do Pagamento**

7.5.1. O pagamento será efetuado em parcela única a cada solicitação de Licenças, desde que emitido o correspondente Termo de Recebimento Definitivo.

7.5.2. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias úteis** após o recebimento da Nota Fiscal nas dependências da EPL, desde que sejam cumpridas todas as exigências técnicas e legais para tanto.

7.5.3. O pagamento será realizado em conformidade com a nota fiscal/fatura emitida pela contratada, desde que atestadas pela fiscalização da contratante.

7.5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolizada pela contratada na Sede da EPL, em Brasília/DF.

7.5.5. A Nota Fiscal correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela EPL, o qual somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas relativas ao objeto deste Contrato.

7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a EPL.

7.5.7. A nota fiscal/fatura deverá conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada, a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) A identificação completa da contratante, bem como o número deste Contrato;
- b) Os valores referentes às retenções obrigatórias de tributos, devidamente destacados;
- c) Descrição detalhada do objeto contratado, de forma clara, indicando, inclusive, se for o caso, os valores unitários e totais e o período a que se refere o fornecimento/ a prestação dos

serviços.

7.5.8. A Nota Fiscal não aprovada pela contratante será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

7.5.9. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pela EPL, em hipótese alguma, autorizará à contratada suspender o(a) fornecimento/prestação dos serviços.

7.5.10. Ocorrendo a reapresentação de Nota Fiscal para faturamento, o prazo para ateste e pagamento iniciar-se-ão novamente.

7.5.11. A contratante fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a contratada se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparado por medida judicial que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar previamente à EPL, a documentação que comprove essa situação.

7.5.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.5.13. Previamente ao pagamento à contratada, a contratante realizará consulta ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para verificar a manutenção das condições de habilitação.

I - Constatando-se a situação de irregularidade, a contratada será notificada formalmente para que no prazo de **5 (cinco) dias úteis** regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da equipe de gestão e fiscalização deste Contrato;

II - O pagamento será efetuado normalmente, desde que tenha ocorrido a prestação do serviço; e

III - Persistindo a irregularidade de que trata o item I, a equipe de gestão e fiscalização adotará as medidas necessárias à rescisão contratual com base em processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa e o contraditório.

IV - Somente por motivo de economicidade, ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado e autorizado pela máxima autoridade da EPL, não será rescindido o Contrato em execução com o Contratado inadimplente.

7.5.14. A EPL fica autorizada a deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos da contratação.

7.5.15. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, e mediante pedido da contratada, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, a título de compensação financeira e penalização, apurados conforme a seguir:

EM=I x N x P, onde:

EM = Encargos Moratórios Devidos

I = índice de atualização = 0,0001233

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

P = Valor devido

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS PARA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Considerando a Instrução Normativa nº 1, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

8.3. Considerando o § 1º do art. 11 da Instrução Normativa nº 1, de 04 de abril de 2019, as soluções identificadas consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, **dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.**

8.4. No valor total proposto, estão englobados todos os custos e despesas previstos no Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 2620973) e neste Termo de Referência, tais como: custos operacionais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, comerciais, tributários, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, viagens, locomoção, diárias, hospedagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo à EPL quaisquer custos adicionais.

8.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

8.6. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

8.7. Conforme apresentado no **item 7** do Estudo Técnico Preliminar 2620973, a estimativa de custo total da contratação é de **R\$ 373.535,18 (trezentos e setenta e três mil quinhentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos)**, para licenças de uso de softwares Microsoft 365 por 12 (doze) meses. A solução será composta por:

Item	Subitem	Descrição	Part-Number	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Item (R\$)
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3 com Subscrição (12 meses)	JFX-00003	19	411,43	7.817,14
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	229	1.442,40	330.310,25
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	10	2.563,34	25.633,42
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	20	488,72	9.774,37
					Valor Total (R\$)	373.535,18

8.7.1. Considerou-se o preço estimado dos valores obtido a partir do preço médio aplicado em série de preços coletados.

8.7.2. A pesquisa de preços referente a tabela acima, encontra-se no **Mapa Comparativo de Preços COTIC-EPL 3593658**

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. Conforme previsto no artigo 7º, § 2º, do Decreto nº 7.892/2013, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização da contratação.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O(s) Contrato(S) decorrente(s) da ATA REGISTRO DE PREÇOS (ARP) terão vigência de 12 (DOZE) MESES e deverão ser assinados no prazo de validade da ARP, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 5 (cinco) anos, conforme Art. 71º da Lei nº 13.303/2016.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração, bem como a manifestação de interesse da contratada.

11. REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os valores do(s) Contrato(S) decorrentes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS são fixos e irremovíveis, salvo o disposto o art. 3 da Lei nº 10.192, de 2001.

11.2. No tocante aos contratos os preços serão reajustados anualmente pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, em atendimento ao art. 24. Da IN nº 01/2019-SGD.

11.3. A data base para aplicação do reajuste e cálculo da variação do respectivo índice será a data da última proposta válida da contratada.

12. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

12.1. *Da natureza dos bens e/ou serviços*

12.1.1. Quanto ao tipo, em conformidade com o artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, bem como, artigo 1º, do Decreto 10.024/2019, o pretendido objeto enquadra-se como “BEM COMUM” por apresentar, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, como descrito neste documento.

12.2. *Da Modalidade e Tipo de Licitação*

12.2.1. Corroborando esse entendimento, destaca-se o Acórdão nº 2.471/2008, do Tribunal de Contas da União - TCU, o qual prescreve:

“9.2.1 A licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade pregão, preferencialmente, na forma eletrônica. (...).”

9.2.2. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º)”.

12.2.2. Nesse contexto, considerando que o objeto desta contratação é considerado bem comum, e de acordo com o § 1º do Art.1º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

12.3. *Da utilização do Sistema de Registro de Preços*

12.3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP tendo em vista que, pelas características dos serviços a serem contratados (***Subscrição de Licenças para Softwares Microsoft***), poderá ocorrer mais de uma contratação, de forma que a aquisição dos serviços em questão poderá demandar entregas parceladas.

12.3.2. Destaca-se, ainda, a impossibilidade de se definir com precisão o quantitativo a ser adquirido em função dos inúmeros fatores como a possibilidade de adoção do trabalho remoto na EPL, bem como a possibilidade de fusão da EPL com a VALEC, de acordo com a recente Portaria nº 35 de 16 de abril de 2020 do Ministério da Infraestrutura, que constituiu Grupo de Trabalho para coordenação e a execução de ações de governança e monitoramento de projeto para subsidiar a reorganização institucional da empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL e da VALEC – Engenharia Construções e Ferrovias S.A, vinculadas ao Ministério da Infraestrutura.

12.3.3. Por conseguinte, estão previstas contratações frequentes para adequação do parque, conforme a necessidade da EPL, não sendo possível determinar, com precisão, o quantitativo a ser consumido pela empresa.

12.3.4. Diante do acima exposto, em conformidade com o disposto no Art. 3º do Decreto 7.892/2013, que diz:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

12.3.5. Assim, mostra-se justificável a adoção do Registro de Preço para a presente contratação.

12.4. Assinatura da Ata de Registro de Preços

12.4.1. Após homologada a licitação a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados de sua convocação, podendo este prazo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada, aceita pela EPL.

12.4.2. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços a licitante vencedora deverá comprovar que mantém as condições de habilitação consignadas no edital.

12.4.3. A ata de registro de preços deverá ser assinada pelo representante legal da licitante adjudicatária, que deverá apresentar documento de procuração pública ou particular com firma reconhecida, que comprove os necessários poderes para firmar a Ata. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

12.4.4. Fica facultado à EPL, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.4.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

12.4.6. A recusa injustificada de licitante classificada em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste documento, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste documento e na lei.

12.4.7. A contratação com a prestadora de serviço registrada será formalizada por intermédio de contrato ou instrumento equivalente.

12.4.8. A existência de preços registrados não obriga a EPL a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços em igualdade de condições.

12.5. Validade da Ata de Registro de Preços

12.5.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste documento possuirá **validade de 12 (doze) meses**, contados de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

12.5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016.

12.5.3. O Contrato decorrente deste Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

12.6. Gerenciamento da Ata de Registro de Preços

12.6.1. A EPL é o órgão gerenciador deste registro de preços, cabendo-lhe os atos descritos no artigo 5º do Decreto nº 7.892/2013 e os constantes do **item 12.7** deste Termo de Referência.

12.6.2. Serão admitidos neste certame somente órgãos participantes que manifestarem seu interesse na forma da legislação vigente.

12.6.3. Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços decorrente deste documento por órgão não participante, assim entendido todo aquele que não manifestar seu interesse na fase de IRP - Intenção de Registro de Preços.

12.6.4. Aplica-se a esta contratação os casos de revisão e cancelamento de registro de preços previstos nos artigos 17 a 21 do Decreto nº 7.892/2013.

12.6.5. A existência de preços registrados não obriga a EPL a contratar, facultando-se, inclusive, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

12.7. Mecanismo de Comunicação com os Órgãos Participantes

12.7.1. A forma oficial de comunicação entre o órgão gerenciador e os participantes é o ofício.

12.7.2. A área responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços na EPL fará as comunicações com os demais órgãos ou, caso julgue necessário, encaminhará o assunto à Diretoria para tanto.

12.7.3. Os órgãos participantes deste Registro de Preços deverão informar à EPL, em até **10 (dez) dias úteis** contados da prática do ato, quando contratarem os serviços registrados, com a respectiva quantidade; a aplicação de sanções administrativas; e outras informações que julgarem relevantes para o adequado gerenciamento do Registro de Preços.

12.7.4. A EPL informará aos órgãos participantes deste Registro de Preços, em até **10 (dez) dias úteis** contados da prática do ato, sobre a necessidade de remanejamento de quantidades; a aplicação de sanções administrativas à prestadora de itens adquiridos; e outras informações que julgar relevantes para o adequado gerenciamento do Registro de Preços.

13. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. ***Apresentação da Proposta de Preços***

13.1.1. As propostas deverão ser enviadas em conformidade com o **MODELO DE PROPOSTA – ANEXO G** deste documento.

13.1.2. ***Da Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência***

13.1.3. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

13.1.4. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

13.2. ***Da Permissão de Consórcio ou Subcontratação***

13.2.1. Não será permitida a participação de Consórcio ou Subcontratação deste objeto.

13.2.1.1. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que tratam-se de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira exigidas no certame, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, não tornando restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

13.2.1.2. Cabe destacar ainda que a ausência de licitantes organizados em consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, ampliando o universo de competitividade.

13.3. ***Critério de Qualificação Técnica para a Habilitação***

13.3.1. ***Habilitação Técnica***

13.3.1.1. Para habilitação técnica a licitante deverá **apresentar um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido (s) por instituição pública ou privada, em seu nome, que comprove ter ela fornecido serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, em características e prazos.

13.3.1.2. O (s) atestado (s) deve (m) explicitar a instituição que o expediu, o responsável por sua expedição, os respectivos contatos, para realização de eventual diligência, e a descrição clara e precisa dos serviços fornecidos pela licitante, com sua característica, quantidade e a lista itens que a integraram.

13.3.1.3. O (s) atestado (s) que expressamente certifique (m) que a empresa já forneceu no mínimo **40% (quarenta por cento)** do quantitativo previsto para o referido item. Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

13.3.1.4. A licitante deverá disponibilizar ao Pregoeiro, caso seja solicitado em diligência, toda a documentação necessária à comprovação da legitimidade do (s) atestado (s) por ela apresentado(s),

como cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, a fim de esclarecer eventuais dúvidas.

14. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Aplica-se a esta contratação as hipóteses de alterações contratuais previstas no artigo 81 da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 38 do Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

14.2. Garantias Contratuais

14.2.1. A contratada deverá prestar garantia de execução contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do preço total contratado, nos termos do artigo 70 da Lei nº 13.303/2016: *Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.*

14.2.2. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a contratada, no prazo máximo de até **10 dias úteis**, contatos da assinatura do contrato, deverá prestar garantia pela execução das obrigações assumidas, que corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro-garantia; ou
- c) fiança bancária.

14.2.2.1. O seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice. A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 3 (três) meses, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 3 (três) meses após a última data de vencimento do Contrato.

14.2.2.2. O seguro deve efetuar a cobertura de todo o prazo contratual, contemplando a cobertura dos riscos de inadimplemento pela contratada dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e ressarcimento das multas impostas à contratada, até o limite da garantia.

14.2.2.3. Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados.

14.2.2.4. A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.

14.2.2.5. A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à EPL em decorrência da má execução deste Contrato.

14.2.2.6. A inobservância das condições de garantia sujeitará à contratada às penalidades previstas no Contrato.

14.2.2.7. A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à EPL, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos normativos da EPL.

14.2.2.8. A não apresentação do comprovante da garantia, prevista neste Termo de Referência, caracteriza descumprimento da obrigação assumida, sujeitando a contratada às sanções administrativas cabíveis.

14.2.2.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a EPL a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas Cláusulas.

14.2.2.10. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando a EPL autorizada a executá-la para cobrir o pagamento das obrigações abaixo e de qualquer outra obrigação, inclusive em caso de rescisão.

14.2.2.11. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.2.2.12. Prejuízos causados à EPL ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

14.2.2.13. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela EPL à contratada;

14.2.2.14. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. A perda da garantia em favor da EPL, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

14.2.2.15. Quando houver alteração contratual que implique aumento do preço contratado, a garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do preço global contratado. No caso de alteração contratual, que configure decréscimo, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da contratada, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço global contratado.

14.2.2.16. Se o valor da garantia for utilizado pela contratante em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive multas contratuais ou indenização a terceiros, a contratada fica obrigada a fazer a reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação da EPL.

14.2.2.17. A garantia prestada ou a parte remanescente somente será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término ou rescisão do Contrato, desde que integralmente cumpridas as obrigações assumidas neste Instrumento e que haja a solicitação da contratada ou a autorização da unidade gestora/fiscalizadora do Contrato.

14.2.2.18. A garantia somente será liberada com a declaração da equipe de gestão e fiscalização do Contrato, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as Cláusulas do Contrato. Após a efetiva devolução à contratada, a garantia será considerada extinta.

14.2.2.19. Deverá haver devolução do valor antecipado, pela contratada à EPL, caso não seja executado o objeto do contrato.

14.2.2.20. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.

14.2.2.21.

14.3. **Rescisão contratual**

14.3.1. A inexecução total ou parcial do contrato pode ensejar sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação e no Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

14.3.2. Constitui motivo para a rescisão contratual:

- a) O descumprimento, ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
- c) A subcontratação de objeto contratual a quem não atenda as condições de habilitação e/ou sem prévia autorização da EPL;
- d) A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato, e sem prévia autorização da EPL;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) Razões de interesse da EPL, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas em processo interno;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato, e;
- j) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

14.3.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

14.3.4. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

14.4. **Transição e encerramento contratual**

14.4.1. Em casos de interrupção contratual e ocorrendo mudança de fornecedor da solução, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos projetos e serviços contratados deverão ser disponibilizados à Contratante ou empresa por ela designada em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do contrato.

14.4.1.1. Nenhum pagamento será devido à empresa Contratada pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição. O fato da empresa Contratada ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela Contratante, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à Contratante.

14.4.1.2. Ao final do contrato, se for necessário realizar a migração dos dados e serviços da EPL para outra contratada, ou para infraestrutura indicada pela EPL, após concluída a migração, os dados da EPL devem ser excluídos da nuvem do provedor. Depois da exclusão, a contratada deverá apresentar as evidências, a EPL deverá realizar a auditoria de exclusão e a contratada deve facilitar todos os meios para tanto.

14.4.1.3. Todas as atividades da transição deverão ser documentadas. Ao final, a equipe de fiscalização deverá elaborar um relatório detalhado sobre a transição do contrato.

15. **REENCAMINHAMENTO**

Após instrução processual, submetemos o presente Termo de Referência, elaborado por esta Equipe de Planejamento da Contratação, ao Coordenador de Tecnologia da Informação e ao Gerente de Logística e Tecnologia da Informação, nos termos do art. 12, §6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, para ciência e posterior envio ao Diretor de Gestão para, concordando, **aprovar o presente Termo de Referência e encaminhá-lo** à Gerência de Licitações e Contratos, no intuito de dar prosseguimento à contratação.

CÉLIO EDUARDO PEIXOTO NORMANDO
Integrante Requisitante

MARCO ANTÔNIO GÓES DE OLIVEIRA
Integrante Técnico

JÚLIA MENDES ALBUQUERQUE PEIXOTO
Integrante Administrativo

De acordo. Submeto o presente Termo de Referência ao Gerente de Logística e Tecnologia da Informação, para, concordando, submetê-lo à aprovação do Diretor de Gestão.

ARY VICENTE DE SANTANA
Coordenador Tecnologia da Informação

De acordo. Submeto o presente Termo de Referência ao Diretor de Gestão para, concordando, **aprová-lo e encaminhá-lo** à Gerência de Licitações e Contratos, no intuito de dar prosseguimento à contratação.

Autoridade Máxima da Área de TIC

DIOGO CAMPOS BORGES DE MEDEIROS
Gerente de Logística e Tecnologia da Informação



Documento assinado eletronicamente por **Célio Eduardo Peixoto Normando, Assessor Técnico II**, em 06/01/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Goés de Oliveira, Assistente I**, em 06/01/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Mendes Albuquerque Peixoto, Assistente II**, em 06/01/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ary Vicente de Santana, Coordenador(a)**, em 06/01/2021, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Campos Borges de Medeiros, Gerente**, em 06/01/2021, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3599966** e o código CRC **02DCAAF5**.

1.



Referência: Processo nº 50840.100610/2020-41



SEI nº 3599966

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS LICENÇAS MICROSOFT 365

1. ITEM 1 - MICROSOFT 365 F3

1.1. Anteriormente Microsoft 365 F1 Empodere sua Equipe de Trabalhadores de Linha de Frente com aplicativos de produtividade e serviços de nuvem que permitam a eles fazer um trabalho ainda melhor. O Microsoft 365 F3, é uma solução simplificada de colaboração e produtividade que reúne as funcionalidades elencadas abaixo:

1.2. Principais Funcionalidades:

- a)** O F3 inclui somente aplicativos Web e móveis do Office 365. Aplicativos do Office Mobile limitados a dispositivos com telas integradas de 10,1" diagonalmente ou menos.
- b)** Office Online: Outlook, Word, Excel e Powerpoint no Browser.
- c)** Caixa Postal com 2 GB, calendário, contatos e tarefas.
- d)** Antivírus e AntiSpam embutido para Correio Eletrônico.
- e)** Teams: Hub de colaboração com chat persistente, áudio, vídeo, vídeo multipontos, agenda, personalização de APP's, e Reuniões Virtuais.
- f)** SharePoint: Colaboração, Portais, Busca, Fluxos de Trabalho.
- g)** PowerApps & Flow para formulários eletrônicos e automação de processos.
- h)** OneDrive for Business - espaço 2 GB por usuário.
- i)** Planner: Gestão de atividades para Times.
- j)** Yammer Enterprise: Rede social na Intranet.
- k)** Direito de uso híbrido dos servidores Exchange Server, Skype for Business Server e Sharepoint Server.
- l)** CALs de acesso aos servidores on-premises de Exchange, Skype for Business e Sharepoint.

1.3. Segurança:

- a)** Microsoft Advanced Threat Analytics.
- b)** Windows Defender Antivirus e Device Guard.

1.4. Sistema Operacional:

- a)** Windows 10 Enterprise - bitlocker, hello, AppLocker, App-V, DirectAccess, Device Guard, Credential Guard, System Guard, Exploit Guard, Application Control, Windows Defender Antivirus.

1.5. Identidade:

- a)** Windows Hello, Credential Guard e Direct Access.
- b)** Azure Active Directory Premium 1.
- c)** CALs de acesso aos servidores on-premise de Windows Server

1.6. Proteção de Informação:

- a) Proteção de Informações do Windows e BitLocker.
- b) Proteção de Informações do Azure P1.

2. Microsoft 365 E3:

2.1. O Microsoft 365 E3 é uma solução intermediária e inteligente de colaboração e produtividade que reúne as funcionalidades elencadas abaixo:

2.2. Principais Funcionalidades:

- a) Office 365 ProPlus para 5 PCs/Macs + 5 tablets + 5 smartphones por usuário.
- b) Office Online: Outlook, Word, Excel e Powerpoint no Browser.
- c) Caixa Postal com 50 GB, calendário, contatos e tarefas.
- d) Arquivamento ilimitado e retenção de dados por tempo indefinido.
- e) Antivírus e AntiSpam embutido para Correio Eletrônico.
- f) Teams: Hub de colaboração com chat persistente, áudio, vídeo, vídeo multipontos, agenda, personalização de APP's, e Reuniões Virtuais.
- g) SharePoint: Colaboração, Portais, Busca, Fluxos de Trabalho.
- h) PowerApps & Flow para formulários eletrônicos e automação de processos.
- i) OneDrive for Business - espaço ilimitado por usuário com 5 TB inicial.
- j) Microsoft Stream: Colaboração de vídeos corporativos.
- k) Planner: Gestão de atividades para Times.
- l) Yammer Enterprise: Rede social na Intranet.
- m) Direito de uso híbrido dos servidores Exchange Server, Skype for Business Server e Sharepoint Server.
- n) CALs de acesso aos servidores on-premises de Exchange, Skype for Business e Sharepoint.

2.3. Segurança:

- a) Descoberta Eletrônica e Auditoria completa no Email, Teams e Sharepoint.
- b) Microsoft Advanced Threat Analytics: detectar comportamentos anormais em sistemas locais e identificar ataques direcionados avançados e ameaças internas antes de causar danos.
- c) Proteção da Informação - criptografia de mensagens, gerenciamento de direitos e prevenção a perda de dados (DLP).

2.4. Sistema Operacional:

- a) Windows 10 Enterprise - bitlocker, hello, AppLocker, App-V, DirectAccess, Device Guard, Credential Guard, System Guard.

2.5. Identidade:

- a) Gerenciar o logon único entre dispositivos, seu datacenter e a nuvem de forma centralizada.

- b)** Reforçar a autenticação de entrada com opções de verificação, incluindo telefonemas, mensagens de texto ou notificações de aplicativo móvel e monitoramento de segurança de uso para identificar inconsistências.
- c)** Definir políticas que forneçam controles contextuais nos níveis de usuário, localização, dispositivo e aplicativo para permitir, bloquear ou desafiar o acesso do usuário.
- d)** Monitorar atividades suspeitas com emissão de relatórios, auditoria e alertas, e atenuar possíveis problemas de segurança usando recomendações concentradas.
- e)** CALs de acesso aos servidores on-premise de Windows Server.

2.6. Proteção de Informação:

- a)** Criptografar dados confidenciais e definir direito de uso para proteção persistente, independentemente de onde os dados são armazenados ou compartilhados.
- b)** Monitorar atividades em dados compartilhados e revogar o acesso no caso de eventos inesperado.
- c)** Classificar os dados e documentos baseados em políticas e consumo manual, predefinido e obrigatório de documentos classificados.
- d)** Proteção para formatos de documentos que não o Microsoft Office, incluindo PTXT, PJPNG e PFILE (proteção genérica).

2.7. Gerenciamento de Dispositivos e Aplicações:

- a)** Registrar dispositivos corporativos e pessoais para provisionar configurações, impor a conformidade e proteger seus dados corporativos.
- b)** Publicar, configurar e atualizar aplicativos móveis em dispositivos registrados e não registrados e proteger ou remover dados corporativos associados a aplicativos.
- c)** Centralizar o gerenciamento de PCs, laptops e dispositivos móveis de um único console administrativo e produzir relatórios de configuração de software e hardware detalhados.
- d)** Estender seu gerenciamento na infraestrutura local para a nuvem em um único console, com a integração do Microsoft System Center Configuration Manager e do Microsoft System Center Endpoint Protection para a administração avançada de PCs, Macs, servidores Unix/Linux e dispositivos móveis.

2.8. Proteção de Endpoint Windows:

- a)** Ferramentas de monitoramento EDR abrangente para ajudar a localizar anomalias e a responder aos ataques mais rápido.
- b)** Rastrear o estado de segurança geral e receber recomendações de ações para reduzir ainda mais a superfície de ataque da sua organização.
- c)** Pesquisar e explorar instantaneamente 6 meses de dados históricos em todos os endpoints.
- d)** Detectar variações de malware que mudam rapidamente ao usar o monitoramento de comportamentos e a proteção habilitada na nuvem.
- e)** Proteger o Windows, os aplicativos, as informações e a rede de ameaças encontradas.
- f)** O Windows Defender System Guard ajuda a manter e a validar a integridade do firmware dos dispositivos, do SO e das defesas do sistema.

2.9. Analytics:

- a) Office Delve para gerenciar o perfil individual do Office 365 e para descobrir e organizar as informações que podem ser mais interessantes para o usuário no momento.

3. Microsoft 365 E5:

3.1. Solução completa de colaboração e produtividade que reúne todas as funcionalidades disponíveis no plano M365 E3, acrescentando as elencadas abaixo:

3.2. Principais funcionalidades além das disponíveis no M365 E3:

- a) Enterprise Voice com Teams - VOIP, sistema de telefonia

3.3. Segurança:

- a) Microsoft Cloud app Security - obter visibilidade, controle e proteção para seus aplicativos baseados em nuvem, ao mesmo tempo em que identificar ameaças, uso anormal e outros problemas de segurança da nuvem.
- b) Azure Advanced Threat Protection - detectar e investigar ataques avançados e comportamentos suspeitos no local e na nuvem.

3.4. Sistema Operacional:

- a) Windows 10 Enterprise - Windows Defender Advanced Threat Protection (ATP).

3.5. Identidade:

- a) Acesso condicional baseado em risco: proteger aplicativos e dados críticos em tempo real usando a aprendizagem de máquina e o gráfico de segurança inteligente da Microsoft para bloquear o acesso quando o risco for detectado.
- b) Gerenciamento de identidade privilegiado: fornecer acesso administrativo aos serviços online, sob demanda, por um tempo determinado com relatórios e alertas.

3.6. Proteção de Informação:

- a) Classificar e rotulagem de dados inteligentes: Configurar diretivas para classificar e rotular automaticamente os dados com base na sensibilidade e, em seguida, aplicar proteção persistente.
- b) Gerenciamento de chaves de criptografia por necessidades regulatórias: escolher opções de gerenciamento de chaves padrão ou implantar e gerenciar suas próprias chaves para cumprir os regulamentos.
- c) Proteção Zero Day Attack AntiSpam e Antivírus:
- d) O recurso de Links de seguros ATP para proteger proativamente os usuários contra hyperlinks maliciosos em uma mensagem. A proteção deve permanecer sempre que clicarem no link, como links mal-intencionado dinamicamente são bloqueadas enquanto links bons podem ser acessados.
- e) O recurso Anexos Seguros para proteger o usuário contra vírus e malware desconhecidos e fornece proteção de dia zero para seu sistema de mensagens. Todas as mensagens e os anexos que não tenham uma assinatura de vírus/malware conhecida são roteados para um ambiente especial onde a ATP usa uma variedade de técnicas de aprendizagem e análise automática para detectar conteúdo mal-intencionado.

- f) Detectar de falsificação inteligente quando um remetente parecer estar enviando e-mails em nome de uma ou mais contas de usuário dentro de um dos domínios da organização.
- g) Mensagens identificadas pelo serviço do Office 365 como spam, e-mails em massa, e-mail de phishing, que contêm malware, ou porque elas correspondem a uma regra de fluxo de email pode ser enviada para quarentena.

3.7. Analytics:

- a) Power BI Pro, solução de análise de negócios, com funcionalidades de visualização de dados e compartilhamento de insights por toda a organização. Conexão direta com dados locais ou na nuvem, em tempo real e de streaming. Perguntas em linguagem natural e visualizações preditivas.
- b) MyAnalytics para resumir como o usuário gasta seu tempo no trabalho e, que permita sugerir maneiras de trabalhar de maneira mais inteligente - desde reduzir o tempo de reunião improdutivo até obter um melhor equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

4. Microsoft Power BI Pro:

4.1. Licença individual de usuário que permite a leitura e interação de relatórios e painéis publicados por outras pessoas no serviço do Power BI

4.2. Principais funcionalidades:

- a) Exploração de dados com facilidade usando linguagem informal e obtendo respostas significativas para perguntas sobre dados.
- b) Insights de seus aplicativos favoritos instantaneamente usando visualizações de dados pré-criadas e modelos de relatório.
- c) Análises de prioridade acessíveis fixando o conteúdo mais relevante e que outras pessoas vejam insights ao promovê-los usando ferramentas administrativas.
- d) Respostas usando as habilidades que você tem hoje, não importa se você fica mais à vontade ao usar outras ferramentas de BI, do Excel ou do Azure.

4.3. Segurança:

- e) Evitar a perda de dados com proteção de dados específica de função gerenciada centralmente e row-level security.
- f) Atenda aos regulamentos locais sobre entrega de serviços, residência de dados, acesso e controle com nuvens nacionais.
- g) Proteção de dados para que eles atendam aos padrões e certificações.

ANEXO B
MODELO DE TERMO COMPROMISSO MANUTENÇÃO E SIGILO

A EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A – EPL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, SCS Quadra 9, Lote C, 7º e 8º andares, em Brasília/DF, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.763.423/0001-30, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada XXXXX, e a **<empresa contratada>**, endereço **<endereço contratada>**, inscrita no **<CNPJ>**, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;
CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL, ou, na ausência desse prazo, até o término do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção

descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____

De Acordo

**CONTRATANTE
CONTRATADA
TESTEMUNHAS**

ANEXO C
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇOS

Processo nº: 50840.xxxxx - EPL

Contrato nº: xxx

Contratante: Empresa de Planejamento e Logística – EPL

Contratada: xxxx – CNPJ xxxx

Data de Emissão: ____/____/____

A Contratante, por meio dos seus Fiscais xxxxxx, requer à Contratada a prestação dos serviços objeto do contrato em epígrafe, conforme especificações e condições acordadas.

Os serviços deverão iniciar-se até o dia xxxx.

O valor total dos serviços contratados é R\$ xxxxx.

Fiscal Técnico

Fiscal Requisitante

Gestor do contrato

Recebi, em ____/____/____, a presente Ordem de Fornecimento de Bens, obrigando-me desde já a realizar os serviços dela, no prazo e valor acima indicado.

Nome e Assinatura do Responsável Legal pela Contratada

RG e CPF

ANEXO D
MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo nº:	Contrato nº:
Objeto:	Vigência:
Contratada:	CNPJ:
Nº da NE:	
Valor da NE:	
Desconto/glosa/ajuste de pagamento:	
Data prevista para entrega/conclusão do serviço:	Data da efetiva entrega/conclusão do serviço:

Aos xxxx dias do mês xxxx de xxxx, com fundamento na Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, e após acompanhamento, fiscalização e verificação dos serviços xxxxxxxx, prestados pela Contratada em epígrafe, realizados no período de xxx a xxx, certifico a conformidade dos mesmos com os termos contratuais.

Informo que foram verificadas as hipóteses de glosa, resultando no seguinte xxxx.

A lista de verificação se encontra em anexo.

O objeto contratual foi executado de forma satisfatória. Foi executado (*detalhar o que foi executado, do ponto de vista técnico da TI*) no período de (*informar datas*), razão pela qual lavro este TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, para os fins legais e para efeitos de pagamento.

Cidade, de de .

Fiscal Técnico

Fiscal Requisitante

Ciente em __/__/____.

Representante da Contratada

ANEXO E
LISTA DE VERIFICAÇÃO

SERVIÇO MENSAL			
Descrição	Conformidade	Recebimento Provisório	Recebimento Definitivo
Avaliação da qualidade dos serviços realizados	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Conformidade com os termos contratuais	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Cumprimento de Prazos Contratuais	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Atendimento dos Níveis de Serviço (1)	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Manutenção das condições definidas no Modelo de Execução	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Manutenção das condições definidas no Modelo de Gestão	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Apresentação de Documentação prevista no Contrato	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
Atendimento das Determinações da Fiscalização	() Adequada () Não Adequada	Data: Ass. Fiscal Técnico:	Data: Ass. Fiscal Técnico: Ass. Fiscal Requisit.:
(1) Indicação de Glosas:			
Observações:			

A lista de verificação é um instrumento da fiscalização e pode ser alterada ao longo do contrato, para melhor avaliação dos serviços.

ANEXO F
MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo nº:	Contrato nº:
Objeto:	Vigência:
Contratada:	CNPJ:
Nº da NE:	
Valor da NE:	
Desconto/glosa/ajuste de pagamento:	
Data prevista para entrega/conclusão do serviço:	Data da efetiva entrega/conclusão do serviço:

Aos xxxx dias do mês xxxx de xxxx, com fundamento na Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, e após verificação dos serviços xxxxxxxx, prestados pela Contratada em epígrafe, realizados no período de xxx a xxx, ratificamos a conformidade dos mesmos com os termos contratuais.

Informo que foram verificadas as hipóteses de glosa, resultando no seguinte xxxx.

A lista de verificação se encontra em anexo.

O objeto contratual foi executado de forma satisfatória. Foi executado (*detalhar o que foi executado, do ponto de vista do negócio e do contrato*) no período de (*informar datas*), razão pela lavramos este TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, para os fins legais e para efeitos de pagamento.

Cidade, de de .

Fiscal Requisitante

Gestor

ANEXO G
MODELO DE PROPOSTA

A: Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL (UASG 395001)
PROCESSO Nº 50840.100610/2020-41

Senhor Pregoeiro,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para fornecimento Licenças Microsoft 365, para atendimento das necessidades da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, conforme especificações e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº _____, pelo valor total de **R\$ _____ (_____)**, segundo os valores abaixo indicados:

ITEM	SUB ITEM	EQUIPAMENTO	PART-NUMBER	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ITEM
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3* com Subscrição (12 meses)	JFX-00003	19		
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	229		
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	10		
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	20		
TOTAL GLOBAL:						

Informações Complementares:

O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de _____.
Seguem anexos os manuais e documentos técnicos dos equipamentos que fazem parte da solução ofertada.

Declaro estar de acordo com todos os prazos especificados no Termo de Referência e que os observarei fielmente.

Declaramos que no preço proposto estão computados todos os custos necessários para a prestação dos serviços.

O prazo de validade da proposta de preços é de ____ (____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico nº _____. (o prazo não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a celebrar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado no Edital, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
E-mail	Telefone:
Banco:	Agência: C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA	
Nome:	
Endereço:	
Cargo:	CPF:
RG:	Estado Civil:
Nacionalidade:	Naturalidade:

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal

ANEXO H

Pesquisa de Preços Microsoft 365

CATSER 26077 - Software como serviço - saas

PESQUISA PROCESSOS DE AQUISIÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Item	Subitem	Descrição	Part-Number	Quantidade	MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº PE 03/2020 UASG:170010	MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº PE 07/2020 UASG:170100	MINISTÉRIO PÚBLICO - MT Nº PE: 62/2020 UASG: 926625	GOV CE Nº PE 530/2020 UASG: 943001	CONS. REG. DE ENG E AGRO. DO RN Nº PE: 16/2020 UASG: 926393	COMPANHIA DO CAS DO ES Nº PE 00012/2020 UASG: 399002	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PE: 10/2020 UASG: 440001	MINISTÉRIO DO TURISMO Nº Pregão: 15/2020 UASG: 540004	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Total Item (R\$)
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3* com Subscrição (12 meses)	JFX-00003*	19	262,61		136,42					370,34	256,46	4.872,68
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	229	1.062,93	1.083,72	886,38	966,28	1.298,53	1.421,40	782,00		1.071,61	245.397,71
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	10					1.780,21	2.540,64	1.368,00		1.896,28	18.962,83
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	20		314,28	376,23				332,00		340,84	6.816,73
													Valor Global (R\$)	276.049,95
F3*		Microsoft*M365F1FullUSL ShrdSvr AllLng MonthlySubscriptions-VolumeLicense MVL 1License PerUsr												
E3		Microsoft*M365E3 Unified ShrdSvr AllLng MonthlySub-VolumeLicense MVL 1License PerUsr												
E5		Microsoft*M365E5 Full USL Unified Shared Alng MonthlySub Per User												
PBI Pro		Microsoft*PowerBIPro ShrdSvr AllLng MonthlySubscriptions-VolumeLicense MVL 1License PerUsr												

*Anteriormente Microsoft 365 F1

PREÇOS SITE MICROSOFT

Item	Subitem	Descrição	Período Subscrição (meses)	Part-Number	Quantidade	Valor Unitário Mês (R\$)	Valor Unitário Ano (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3	12	JFX-00003	19	47,20	566,40	10.761,60
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3	12	AAD-33204	229	151,10	1.813,20	415.222,80
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5	12	AAD-33168	10	269,20	3.230,40	32.304,00
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro*	12	NK4-00002	20	53,05	636,60	12.732,00
Valor Total Geral (R\$)								471.020,40

Fontes: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/compare-microsoft-365-enterprise-plans><https://powerbi.microsoft.com/pt-br/pricing/#powerbi-comparison-table>

Valor Power BI Pro: \$9,99 conversão direta dolar R\$ 5,31 10/09/2020

CONSOLIDADO PREÇOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E MICROSOFT

Item	Subitem	Descrição	Part-Number	Quantidade	Órgãos Públicos Valor Unitário (R\$)	Site Microsoft Valor Unitário (R\$)	Valor Médio Consolidado Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3* com Subscrição (12 meses)	JFX-00003	19	256,46	566,40	411,43	7.817,14

1	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	229	1.071,61	1.813,20	1.442,40	330.310,25
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	10	1.896,28	3.230,40	2.563,34	25.633,42
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	20	340,84	636,60	488,72	9.774,37
Valor Total Geral (R\$)								373.535,18

Estimado Final

Item	Subitem	Descrição	Part-Number	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Item (R\$)
1	1.1	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 F3* com Subscrição (12 meses)	JFX-00003	19	411,43	7.817,14
	1.2	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E3 com Subscrição (12 meses)	AAD-33204	229	1.442,40	330.310,25
	1.3	Aquisição de direito de uso do software Microsoft 365 E5 com Subscrição (12 meses)	AAD-33168	10	2.563,34	25.633,42
	1.4	Aquisição de direito de uso do software Power BI Pro com Subscrição (12 meses)	NK4-00002	20	488,72	9.774,37
					Valor Total (R\$)	373.535,18